

**Resenha do livro “Football in neoliberal times:
a marxist perspective on the european football industry”**

RESUMO

A presente resenha é sobre o livro *Football in neoliberal times: a Marxist perspective on the european football industry*, publicado em 2016 por Peter Kennedy e David Kennedy. O argumento orientador ao longo do livro tem sido que o futebol é assolado por um conjunto crescente de contradições e conflitos originados na incapacidade de sua indústria resolver as disputas entre quem possui, controla e consome a modalidade como uma mercadoria em relação àqueles que o entendem como um bem comunitário. Nesse sentido, olhando para a totalidade, os autores cravam que a luta entre clube e jogador está imbricada à luta entre torcedores e os proprietários privados dos clubes. Por fim, advertem que tais conflitos sugerem que o domínio do capital, no futebol, é especulativo e completamente instável. Portanto, o livro apresenta um contraponto à visão de que o negócio do futebol é uma indústria capitalista de pleno direito.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol; Capitalismo; Neoliberalismo; Economia; Marxismo

Marcelo Resende Teixeira

Mestrado em Educação Física
Universidade de Brasília,
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Secretaria de Educação do Distrito Federal,
Educação Básica,
Brasília/DF, Brasil
marinresende@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-3679-9809>

Nadson Santana Reis

Doutorado em Educação Física
Universidade de Brasília,
Brasília/DF, Brasil
nadsonsr@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-7796-2289>

Fernando Mascarenhas

Pós-doutorado em Política Social
Universidade de Brasília,
Programa de Pós-Graduação em Educação Física,
Brasília/DF, Brasil
fernando.masca@outlook.com
<https://orcid.org/0000-0003-0265-502X>

Book review “Football in neoliberal times: a marxist perspective on the European football industry”

ABSTRACT

This review is about the book *Football in neoliberal times: a marxist perspective on the European football industry*, published in 2016 by Peter Kennedy and David Kennedy. The guiding argument throughout the book has been that football is beset by a growing set of contradictions and conflicts stemming from its industry's inability to resolve disputes between those who own, control and consume the sport as a commodity and those who understand it as a community good. In this sense, looking at the whole picture, the authors point out that the struggle between club and player is intertwined with the struggle between fans and the clubs' private owners. Finally, they warn that these conflicts suggest that the dominance of capital in football is speculative and completely unstable. The book therefore presents a counterpoint to the view that the football business is a fully-fledged capitalist industry.

KEYWORDS: Football; Capitalism; Neoliberalism; Economy; Marxism

Reseña del libro “El fútbol en tiempos neoliberales: una perspectiva marxista sobre la industria europea del fútbol”

RESUMEN

Esta reseña trata sobre el libro *Football in neoliberal times: a Marxist perspective on the European football industry*, publicado en 2016 por Peter Kennedy y David Kennedy. El argumento rector a lo largo del libro ha sido que el fútbol está acosado por un creciente conjunto de contradicciones y conflictos derivados de la incapacidad de su industria para resolver las disputas entre quienes poseen, controlan y consumen el deporte como una mercancía y quienes lo entienden como un bien comunitario. En este sentido, mirando el panorama en su conjunto, los autores señalan que la lucha entre el club y el jugador está entrelazada con la lucha entre los aficionados y los propietarios privados de los clubes. Por último, advierten que estos conflictos sugieren que el dominio del capital en el fútbol es especulativo y completamente inestable. Por lo tanto, el libro presenta un contrapunto a la opinión de que el negocio del fútbol es una industria capitalista en toda regla.

PALABRAS-CLAVE: Fútbol; Capitalismo; Neoliberalismo; Economía; Marxismo

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A presente resenha é sobre o livro *Football in neoliberal times: a Marxist perspective on the European football industry* publicado em 2016 por Peter Kennedy e David Kennedy. A obra, escrita em língua inglesa, traduzida como “Futebol em tempos neoliberais: uma perspectiva marxista sobre a indústria do futebol europeu”, integra a coleção “Esporte, Cultura e Sociedade”, da editora Routledge, sediada no Reino Unido. Seus autores, David Kennedy e Peter Kennedy, vinculados à área das Ciências Sociais, são docentes da *Glasgow Caledonian University*. Trata-se de um livro composto por introdução, seis capítulos e considerações finais, totalizando 175 páginas.

Os autores partem da premissa de que existe uma sensação geral, tanto no senso comum, como na academia, de que o futebol se afastou das suas raízes sociais para se alinhar aos imperativos do capital. A afirmação se sustenta porque enormes quantidades de capital vêm sendo canalizadas para o futebol, principalmente por meio de empresas de comunicação social, mas também de grandes conglomerados das indústrias de bens, serviços e do capital financeiro. Tal movimento seria responsável por reformular drasticamente a economia política do futebol na Europa, sobretudo porque a lógica de financiamento da modalidade transitou do pagar para ver uma partida; para a produção do jogo com fins de comercialização de sua imagem. Com efeito, as organizações esportivas se tornaram cada vez mais dependentes das receitas televisivas.

A partir deste entendimento, Kennedy e Kennedy (2016) localizam na literatura duas possibilidades de crítica envolvendo os negócios em torno do futebol. Uma primeira, localiza um sistema onde tudo tem seu preço, ou seja, a mercantilização completa da modalidade; uma segunda, enquadra o futebol como um dispositivo de distração e alienação. Ainda assim, os autores afirmam que, apesar de uma crescente, a literatura que toma o objeto futebol a partir de uma perspectiva mais progressista é escassa e limitada. Mais difícil ainda é encontrar alguma obra por dentro da economia política do futebol utilizando o referencial teórico marxista. Na realidade, segundo Kennedy e Kennedy (2016), grande parte da literatura relativa à indústria do futebol aceita a lógica da comercialização e da mercantilização da modalidade sem maiores questionamentos.

Os autores contestam que as relações de produção e consumo do futebol se desenvolveram ao ponto de serem totalmente “mercantilizadas”, bem como apenas “alienantes”. Nesta perspectiva, o livro apresenta uma análise que difere da maioria das outras análises da indústria em discussão. Isso, sob o argumento central de que a indústria do futebol é um setor no qual o domínio do capital ainda é relativamente fraco e onde, como consequência, o mercado é instável. Na visão de Kennedy e Kennedy (2016), na indústria do futebol, a capacidade de gerar mais-valia numa escala consistente

com a rentabilidade está praticamente ausente porque receitas e despesas no setor raramente ficam no azul.

Não obstante, afirmam que o futebol é, sem dúvidas, um possível ativo financeiro. No entanto, também é um bem comunitário a partir da resistência dos torcedores, conjugada com o poder de negociação dos jogadores de elite. Em outros termos, embora a indústria do futebol possa muito bem se ter tornado um símbolo da comercialização do esporte em tempos neoliberais, ela ainda parece estar aquém do objetivo central de qualquer organização capitalista, a saber: transformar a mais-valia gerada em lucro. É nesse ponto que Kennedy e Kennedy (2016) desenvolvem seus argumentos mais originais, notadamente no capítulo 1 e 2 do livro.

Já nos capítulos 3, 4, 5 e 6, os autores tratam dos obstáculos práticos enfrentados pelos clubes de futebol no que diz respeito à sua lucratividade. No capítulo 3 e 4, em especial, localizam-se os esforços estatais e paraestatais para encerrar os torcedores em uma identificação gradativa com a lógica empresarial. Isso é potencializado por uma estratégia governamental (na Inglaterra) intitulada *supporters direct* (em tradução literal “apoiadores diretos”), voltada a coletivos de torcedores interessados na propriedade de seus clubes, assim como na reformulação e/ou construção de arenas esportivas. Os capítulos 5 e 6 abordam como alguns coletivos de torcedores e organizações esportivas resistem ao ataque do neoliberalismo, influenciados por lutas externas à modalidade.

SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DO FUTEBOL

No capítulo 1, intitulado “A comercialização do futebol”, Kennedy e Kennedy (2016) pontuam que o crescimento das receitas na modalidade mais do que triplicou nas primeiras duas décadas do século XXI, especialmente nas principais ligas da Europa. Isso ocorreu devido o relacionamento mais próximo do futebol com as mídias, particularmente, aquelas mediadas por imagens. Um fenômeno que, inclusive, possui lastro nas mudanças do próprio capitalismo em sua configuração tardia.

A título de exemplo, a Liga dos Campeões da Europa, é a competição de clubes mais vista mundialmente (ganha dos esportes americanos). Assim sendo, devido seu grande potencial de gerar audiência, o futebol é um parceiro de negócios muito procurado pelo capital empresarial. Paralelamente, o interesse de investidores foi impulsionado pelos lucrativos contratos televisivos e o potencial que os clubes possuem para ganhos mediante *merchandising*. Segundo os autores, aqui estaria uma parte da explicação que justifica a compra de organizações futebolísticas mundo afora.

O contraponto seria a baixa regulamentação da atividade, permitindo a aproximação de qualquer tipo de capital com o setor. Dessa forma, o futebol, em muitos casos, não se configura como a principal atividade de muitos de seus investidores, sendo visto como parte da carteira de investimentos de determinado grupo. Em outros termos, várias empresas ligadas ao futebol surgiram para proporcionar aos investidores uma diversificação da sua carteira, isto é, utilizam a modalidade como uma espécie de apêndice de outros negócios.

Não obstante, por dentro da indústria do futebol existem muitas áreas onde é possibilitado retorno de investimentos. Como exemplo podemos citar: compra de ações dos clubes no todo em parte; aquisição e reforma de centros de treinamento e estádios; negociação de direitos dos jogadores; controle e propriedade dos direitos dos atletas e audiovisuais, dentre outros. Também não é negligenciada pelos autores a aproximação com a modalidade para afirmação econômica e geopolítica (no caso de países); bem como devido sua tradição, alcance popular ou mesmo *glamour* (no caso de indivíduos endinheirados).

Independente do interesse de momento, conforme Kennedy e Kennedy (2016), é comum na modalidade a ausência de maiores preocupações com sua atividade-fim, ou seja, o equilíbrio entre a produção do jogo e os gastos que isso pode gerar. Assim, uma das repercussões é a concentração de riqueza em determinados clubes (ainda que essa também possa ser flutuante), culminando com um desequilíbrio significativo entre as organizações esportivas. Dito de forma mais clara, no futebol existem mínimas exigências para distribuição das receitas geradas, diferente do contexto americano, por exemplo (onde ocorre uma distribuição mais igualitária). E mais importante, não há preocupação com a origem do dinheiro que fomenta a modalidade. Na visão dos autores, isso é tão verdadeiro que mesmo durante as recorrentes crises financeiras do capital, em que, mundialmente, os mercados registram perdas significativas, o futebol continua arrecadando cada vez mais recursos.

Por outro lado, tal circunstância impactou significativamente como os torcedores se relacionam com seus clubes, gravitando desde sentimentos de revoltas e resistências até o desejo de um novo “dono” comprar os melhores jogadores para fazer seu time competir e vencer. Esta última, uma contradição entre a capacidade de se entrelaçar com super-ricos ou gigantes corporativos, em vez de evitá-los. De todo modo, o caminho pouco regulamentado do futebol trouxe consigo consequências socioeconômicas para os torcedores, especialmente pela ênfase no consumo. Como exemplo, podemos citar os preços exorbitantes para assistir futebol via bilhetes de ingresso ou transmissão paga. Para Kennedy e Kennedy (2016), isso ocorre porque a lealdade dos torcedores é vista como elástica.

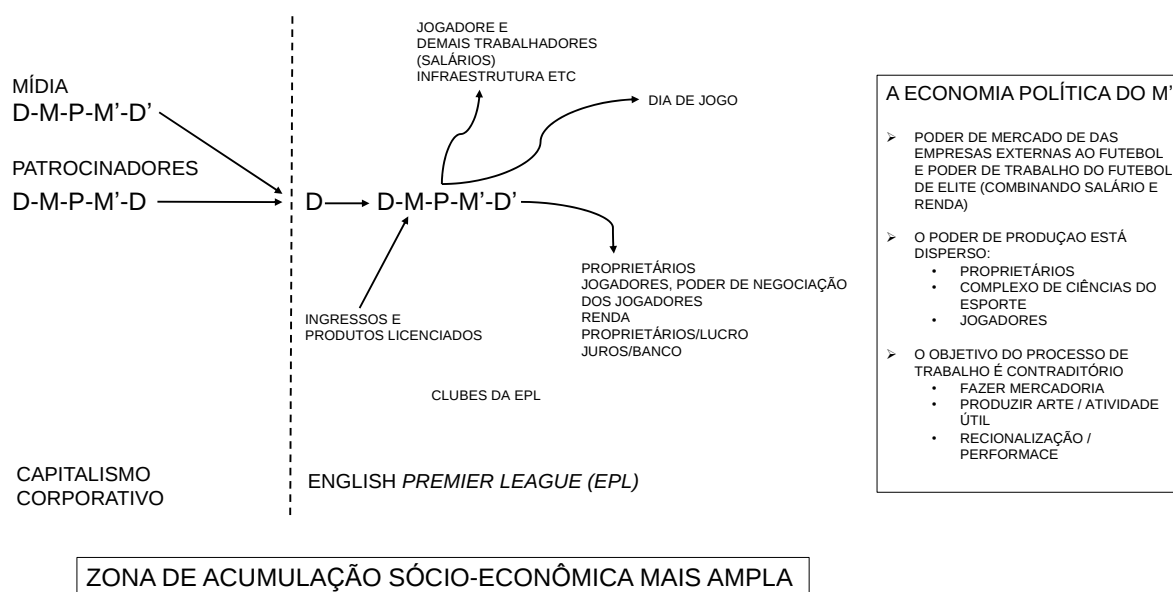
Outro tema que merece atenção dos autores é o quadro de dívida, de falência e de perda de equilíbrio financeiro dos clubes. Segundo Kennedy e Kennedy (2016), as enormes riquezas

imbricadas ao futebol europeu podem ter produzido um espetáculo incomparável de jogadores altamente habilidosos; um padrão estético único e arenas de última geração, mas isso tem sido acompanhado pela instabilidade financeira das organizações clubísticas. Ao mesmo tempo, o equilíbrio competitivo diminuiu entre as ligas, assim como dentro delas. Em outras palavras, as dívidas são maiores que os ativos declarados, ao passo que os custos operacionais superam as receitas. Em resumo, desde o início do século XXI, dívidas insustentáveis levaram vários clubes à ruína financeira ou a cenários bem próximos disso. Nesse contexto, muitas organizações esportivas de forma individual ou articulada recorrem ao estado para buscar o equilíbrio almejado.

Adiante, os autores revelam que o movimento deficitário também gera desconforto nas próprias “donas do jogo”, FIFA no mundo e UEFA na Europa. Tanto que a implementação de estratégias como o “*fair play financeiro*” visa forçar os clubes a financiarem as suas atividades empresariais com os recursos que eles próprios geram. Ou seja, por dentro da atividade-fim. Embora os clubes se beneficiem de enormes quantias provenientes de fontes externas (patrocinadores empresariais, acordos de direitos televisivos, socorro estatal, etc), as entidades de administração da modalidade consideram fundamental para a sobrevivência do futebol sua capacidade de gerar receitas internamente.

Com isso em mente, os clubes vêm sendo “obrigados” a implementar uma série de mudanças de gestão na busca por tal equilíbrio. O “*fair play financeiro*” ilustra tal intencionalidade, sob o argumento em favor da empresa capitalista “responsável” produtiva e não especulativa. Todavia, a grande questão é que parece haver um desencontro no que seja fundamental para uma organização capitalista: transformar a mais-valia gerada em lucros. Na visão dos autores, a principal força motriz, a luta pela mais-valia, é o princípio definidor que distingue a mera comercialização de uma atividade do que seja de fato o capitalismo. Kennedy e Kennedy (2016) afirmam que a indústria do futebol, em especial a inglesa (a mais desenvolvida), não se enquadra completamente no esquema da indústria capitalista e suas relações de produção. Para justificar tal argumento apresentam a figura 01, conforme abaixo.

Figura 01 – Zona de acumulação mais ampla (*Premier League*).



Fonte: Kennedy e Kennedy (2016). Traduzido e adaptado pelos autores (2024).

Podemos dizer que o esquema D-M-P-M'-D', base do diagrama em tela, refere-se à transferência de dinheiro (D) para a compra de mercadorias – materiais e mão de obra (M) – para a produção de novas mercadorias (P) que são, por sua vez, vendidas por valores superiores (M'-D'). Isso deve ocorrer em qualquer corporação tipicamente capitalista. Ilustrado na figura à esquerda.

Entretanto, no caso da *Premier League*, segundo os autores advertem, pouco ou nenhum valor representado por M'-D' deriva da comercialização do espetáculo de futebol nos estádios (P). Isso ocorre porque os salários dos jogadores comprometem significativamente os ganhos da produção de valor internamente. Assim, para Kennedy e Kennedy (2016), o valor acrescentado, representado por M'-D' é resultado da injeção monetária inicial (D') efetuada por corporações externas aos clubes que participam daquilo que chamam de “zona socioeconômica de acumulação mais ampla”. Portanto, conforme diagramação, temos no futebol duas áreas de acumulação: uma externa, dependente de capital corporativo (meios de comunicação e marketing); e outra interna (clubes).

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA DA INDÚSTRIA DO FUTEBOL

Seguindo com a síntese do livro, o capítulo 2 — “Economia política marxista da indústria do futebol” recupera a discussão do capítulo 1, iniciando com o seguinte questionamento: por que a indústria futebolística parece incapaz de transformar a mais-valia criada pelo futebol profissional de

elite em lucros para os seus respectivos clubes? Para responder à questão, Kennedy e Kennedy (2016) entendem que a distinção entre mais-valia e lucro é fundamental para a compreensão da economia política do futebol de elite. Logo, embora quantitativamente elas possam se imbricar, qualitativamente são coisas distintas. A mais-valia é o valor adicionado pela força de trabalho no processo de produção. Já o lucro é a realização de parte da mais-valia, após a venda da mercadoria (na esfera da circulação).

Com isso em mente, os autores salientam que por um lado, o futebol extrai consistentemente mais-valia através da exploração da força de trabalho viva. Por outro, os proprietários dos clubes não realizam esta mais-valia, uma vez que os jogadores de elite conseguem consumir todo o valor que criam, além de uma proporção de parte do valor que adentra a modalidade de fontes externas. Por tal razão, os autores alertam que pagar salários aos jogadores de elite mais próximos do seu valor é crucial para transformar a economia política do futebol em um negócio menos deficitário. Em tese, quanto mais próxima for esta aproximação, maior será a mais-valia e, por sua vez, o lucro acumulado pelos clubes – isto é, sua capacidade para gerar fluxos de receitas internas.

Porém, segundo os autores, existem vários obstáculos materiais para isso acontecer, tais como: o poder de negociação dos jogadores, a influência de receitas externas e uma contradição entre uma economia política moral (onde os torcedores se sentem “donos do clube”) e a economia política “real” do futebol. Portanto, tudo isso frustra o poder de um clube de redistribuir a mais-valia criada em seu próprio favor.

Ao mesmo tempo, os autores localizam uma certa contradição entre econômica e cultura, advertindo que o futebol não pode ser interpretado somente como expressão das relações de produção capitalistas. Isso se dá porque o futebol mantém qualidades intrínsecas (próprias das manifestações culturais) opostas aos imperativos econômicos do capital. Isso faz com que a modalidade tenha relativa autonomia em relação às leis gerais da economia capitalista.

Kennedy e Kennedy (2016) sinalizam como incontornável o aprofundamento da explicação sobre as relações de capital e da forma específica do seu funcionamento na indústria do futebol. Nesse sentido, reiteram que o capitalismo se baseia na relação entre capital e trabalho, a qual, necessariamente, deve estar comprometida com a expansão do capital através da extração de mais-valia da força de trabalho. Como vimos antes, para o dinheiro inicial ser acrescido, é formalizado um contrato para comprar a força de trabalho e outras mercadorias; além-claro, dos meios de produção que, no processo produtivo, são combinadas para produzir novas mercadorias. Essa última, além de conservar o valor das primeiras, possui um valor extra em relação ao valor contratado do desembolso inicial (mais-valia).

Ressalta-se, que a mais-valia é repartida em lucro, juros para os bancos (empréstimos) e aluguel de terras e /ou edifícios (renda da terra). Na visão dos autores, isso que se configura como uma relação tipicamente capitalista. Dessa forma, Kennedy e Kennedy (2016) advogam que para que a indústria do futebol fosse essencialmente capitalista seria necessário que todas essas condições fossem satisfeitas. Quer seja, em uma empresa capitalista, todo o valor deve realizado na venda das mercadorias produzidas e ao acontecer isso, significa que elas foram reconvertidas em capital.

Entretanto, o produto final da indústria do futebol, que para os autores é o espetáculo do dia do jogo, tem menos valor do que o valor combinado do trabalho vivo e morto utilizado em sua produção. Conforme Kennedy e Kennedy (2016), a mais-valia criada pelos clubes de futebol é quase totalmente absorvida pelos custos laborais e as organizações futebolísticas só podem sobreviver por meio do seguinte tripé: 1) dívidas (especialmente empréstimos bancários); 2) receitas de outras indústrias que patrocinam o futebol; e, 3) socorro estatal.

Segundo os autores, nem mesmo a taxa de exploração (a qual é a razão entre a mais-valia e o valor da força de trabalho) pode ser considerada na modalidade. Pois, nos escalões superiores da indústria do futebol, como o caso da liga inglesa, a taxa de exploração é inferior a zero. Em outros termos, o salário pago aos futebolistas de elite supera em muito o valor da sua força de trabalho. Vale lembrar que o valor da força de trabalho é a média salarial materializada pelas mercadorias que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores em geral, dado um nível cultural, de produção e qualificação.

Adicionalmente, Kennedy e Kennedy (2016) alertam que a competição entre capitalistas garante que a classe capitalista, como um todo, concentre-se no controle e na exploração da força de trabalho para maximizar os lucros da mais-valia extraída. Todavia, no futebol, a concorrência parece estar do avesso, pois os proprietários capitalistas da modalidade competem para pagar salários cada vez maiores aos atletas.

Os autores ainda acrescentam que a acumulação de capital, isto é, a expansão do capital através criação de mais-valia e lucros é a força motriz que garante que o valor de troca seja protagonista em detrimento ao valor de uso. Assim, quanto mais intenso o foco na acumulação lucrativa, mais intensivos são os processos de mercantilização. Por outro lado, quando o foco da acumulação lucrativa é baixo ou inexistente, o motivo para transformar valores de uso em mercadorias e, portanto, valores de troca, perde credibilidade. Dito de outra forma, quando o lucro é dificultado, isso se configura mais como uma produção mercantil restrita à esfera da circulação (processo de reprodução simples).

A partir de tal afirmação, Kennedy e Kennedy (2016) consideram que a mercantilização do futebol pode ser pensada muito mais como um processo do que um estado fixo. Assim, como processo, está bastante aberta à resistência, portanto à reinserção do futebol como valor de uso. Recuperando Marx, os autores alertam que na sociedade capitalista, os objetos, as práticas e as relações estão sempre em movimento, sempre se tornando mercadorias, mas nunca se tornando totalmente mercantilizadas (como no futebol). Isso ocorre porque, no processo de produção capitalista, as mercadorias também estão se tornando valores de uso. Da mesma forma, ao se tornarem valores de uso, contraditoriamente, desenvolvem raramente a sua plena capacidade como valores de uso, porque também estão a se tornar mercadorias concebidas para troca, a qual tem o lucro como fim.

Na visão dos autores, em qualquer indústria, a força motriz dominante por parte dos capitalistas é a capacidade de acumulação de capital. Logo, se esta for fraca, a estrutura das mercadorias tenderá a ser instável em relação às indústrias em que é forte. Considerando tudo isso verdadeiro, os autores cravam que uma crítica da economia política do negócio do futebol apontaria para uma abordagem dialética onde as relações de produção e consumo nunca se desenvolveram ao ponto de serem completamente mercantilizadas. Em virtude disso, o futebol é uma indústria na qual o domínio da acumulação de capital via criação de mais-valia/lucros ainda é relativamente fraco. Sendo assim, a modalidade está aberta a embates, questionamentos e resistências.

Com isso claro, Kennedy e Kennedy (2016) passam a recuperar o debate sobre as zonas de acumulação interna (clubes) e externa (patrocinadores e conglomerados midiáticos), a partir do desdobramento sobre os processos de trabalho no futebol inglês. Para eles, no centro das duas zonas está um ponto nevrálgico, a saber: a situação do mercado de trabalho. Por isso, entendem que analisar o circuito mais amplo de acumulação de capital associado à indústria do futebol é crucial, porque isso possibilita captar os interesses dos clubes individuais e, mais importante, o fluxo interligado de dinheiro que liga as organizações esportivas a uma zona socioeconômica mais ampla de acumulação.

O poder dos jogadores

Em verdade, ao olhar o caso específico da liga inglesa, Kennedy e Kennedy (2016) localizam que a maioria do fluxo de dinheiro advém dos direitos de mídia e patrocínio, os quais são gerados externamente. Nesse contexto, o gerado internamente, como vimos antes, é via ingressos e outras mercadorias. Apoiados em dados empíricos de alguns clubes da liga, os autores ratificam que os atletas de elite se encontram em uma posição privilegiada posto que muito pouco ou nenhum

valor produzido deriva do espetáculo do dia do jogo, pois os salários dos jogadores absorvem todos os ganhos provenientes de ingressos.

Logo, o mais-valor acrescentado na modalidade é possivelmente transferido da injeção monetária inicial de empresas externas, o que significa que provém quase inteiramente de uma zona socioeconômica mais ampla de acumulação. Nesse sentido, como o dinheiro externo é passível de grande flutuação, a conta não fecha, em grande medida, gerando o endividamento dos clubes.

Na visão dos autores, isso é tão verdadeiro que 70% da receita total da liga inglesa se pulveriza na massa salarial dos atletas. Logo, considerando as relações do mercado de trabalho, percebem que a dívida dos clubes é uma manifestação de poder dos jogadores da elite. E pior, ou melhor, a depender do ponto de vista de classe, isso é não particularidade da liga inglesa. Nas outras ligas de elite (como o caso da espanhola, italiana, alemã e francesa), os custos salariais continuam a absorver bem mais de 50% das receitas geradas ao longo do ano. Pelo exposto, Kennedy e Kennedy (2016) afirmam que o futebol está muito longe de se caracterizar como uma empresa tipicamente capitalista. Os jogadores de elite dominam a sua situação de mercado e, ao fazê-lo, demonstram a principal contradição existente no futebol, a saber: a capacidade real dos trabalhadores na criação de mais-valia para o capital e os salários/rendimentos que eles conseguem extrair.

Dito de outra forma, o poder que os jogadores de futebol de elite experimentam atualmente, indica que o equilíbrio de forças entre jogadores e proprietários é decisivamente a favor dos jogadores. Uma conjuntura não vista com facilidade em outros setores do mundo do trabalho, notadamente em tempos neoliberais. A partir disso, Kennedy e Kennedy (2016) situam outra contradição do processo, visto que entendem que a indústria do futebol é deixada sozinha para resolver seu principal entrave, ou seja, a questão do progressivo aumento dos salários dos melhores futebolistas.

Ao mesmo tempo, advertem que existe uma certa relutância institucional, econômica e cultural no sentido de reestruturação das zonas de acumulação socioeconômicas existentes. Isso porque os clubes de futebol que buscam se constituir como uma empresa lucrativa, enfrentam uma série de problemas para limitar o poder de mercado dos jogadores de elite, a saber: 1) qualquer solução potencial para os proprietários de clubes é ao nível de FIFA/UEFA; e não deles próprios. Nenhum clube optará por impor limites salariais formais se outros clubes não o fizerem porque podem perder terreno para os seus concorrentes; 2) para os grupos empresariais externos ao futebol, o espetáculo futebolístico é uma “festa” flexível, isto é, podem mudar ou breicar os investimentos sem maiores problemas; 3) a maioria das receitas da modalidade não provém de valor gerado internamente, mas a partir da sua absorção de valor gerado externamente, via direitos de mídia e acordos de patrocínio que estão relacionadas com a criação de uma indústria de entretenimento, a

partir do futebol. Isso força os clubes a contar com grandes estrelas que cobram por isso; 4) a decisão do caso Bosman (que, na prática, representou o fim do passe) deu maior liberdade aos jogadores, alinhada à intensificação da atuação dos seus agentes/intermediários.

Segundo os autores, a mudança de poder em relação aos jogadores é tal que aqueles de elite não só influenciam o seu próprio preço, mas também, e de forma igualmente crucial, o preço de toda política de transferências dos clubes em geral. Isto é, forçam a atuação com atletas de mesmo nível, os quais são igualmente mais caros. A dinâmica é tão complexa que existe o reconhecimento dos próprios clubes da relação positiva entre o salário dos jogadores e as fontes externas de receitas. Assim, a posição final na liga reflete a capacidade de um clube de atrair os melhores negócios em direitos de transmissão, canais comerciais (patrocínio e publicidade) e receitas de bilheteria. E isso, só é conseguido a partir de uma força de trabalho altamente especializada. Ou seja, todos esses fluxos externos de receitas exigem a contratação dos melhores jogadores. Não sem razão, os clubes entendem que mesmo deixando de lado o poder dos jogadores/agentes e assumindo que podem adotar uma política de arrocho salarial aos futebolistas; qualquer tentativa de pôr isto em prática pode ser anulada por uma maior queda em suas receitas externas (e mesmo as internas).

À frente, Kennedy e Kennedy (2016) identificam mais uma barreira a acumulação dos clubes, referente ao mercado de transferências. Para eles, tal mercado tornou-se mais ativo, não só pela contratação dos melhores futebolistas, mas pela constante negociação e renegociação dos termos firmados ao longo do contrato, sobretudo em seus extremos (início e proximidade de término). Assim, na relação clube-jogador pode ocorrer uma negociação em termos de salários e o acordo ser entendido como positivo para ambos. Contudo, ao ser notificado da negociação, o antigo empregador pode reagir aumentando o salário do jogador e, por consequência, inflacionando o mercado. O panorama se alinha com a concorrência ao avesso vista na modalidade. Em outras palavras, os contratos tornaram-se cada vez mais complexos com pagamentos por desempenho, por bônus e gatilhos de renovação ou rescisão, dentre outros dispositivos.

A repercussão disso é que os proprietários de clubes não conseguem desenvolver transações muito sustentáveis, tendo dificuldade em exercer o controle sobre o preço de mercado anual dos seus jogadores. Pela particularidade do setor, os proprietários de clubes enfrentam muitas flutuações nas condições de compra e venda da força de trabalho dos jogadores de elite, o que se caracteriza um mercado volátil e especulativo. Em síntese, a indústria do futebol, cada vez mais acumula maiores receitas provenientes de diversas fontes. Todavia, a maioria delas é transferida para as contas bancárias dos jogadores de elite e dos seus representantes, deixando até mesmo os clubes mais ricos com margens de crescimento estreitas e/ou inexistentes, culminando com dívidas crescentes.

Adiante, Kennedy e Kennedy (2016) encaminham o capítulo dizendo que a natureza dos clubes de futebol como quase-capitalistas torna-se ainda mais facilmente compreensível quando a análise considera também o poder dos torcedores. A partir do que chamam de uma “economia política moral”; os autores entendem que os torcedores oferecem formas sistemáticas de resistência a quaisquer movimentos para uma transformação completa da indústria do futebol à forma mercadoria. Nesse sentido, o argumento mais importante para os torcedores é de que os clubes de futebol são “mais do que um negócio” e que seus proprietários são, na realidade, meros guardiães que cuidam de um bem comunitário. São os torcedores os proprietários morais dos clubes, bem como de seus patrimônios.

Sabendo do peso de tal relacionamento, os proprietários fazem promessas explícitas aos torcedores de que a obtenção de lucros pode ficar em segundo lugar: “O importante é ganhar!” Com isso em mente, os torcedores pressionam os donos de clubes para não ocorrer o rompimento desse acordo moral, bem como tencionam para a realização de investimentos na organização esportiva. E isso se materializada, sobretudo, na contratação dos melhores jogadores visado a conquista de títulos.

A força da torcida também se manifesta no seu próprio reconhecimento como parte do espetáculo por meio de sua participação, frente à atmosfera que criam nos estádios. Ou seja, o futebol de espetáculo não se faz apenas com os atletas em campo. Por tudo isso, os autores sinalizam que a instável estrutura de mercadorias e a “economia moral” da indústria do futebol também se traduz no significado dos papéis atribuídos aos torcedores em seu relacionamento direto com o jogo e com os proprietários dos clubes, flexível e adaptável, podendo facilmente gravitar do apoio incondicional ao tensionamento permanente.

Conforme Kennedy e Kennedy (2016), os torcedores, sua comunidade e a visão de que os jogos de futebol também são um fim em si, possuem uma força simbólica poderosa que pode muitas vezes frear o impulso para estabelecer a hegemonia financeira capitalista. Portanto, o futebol, como fonte de lucros, está sempre em conflito aberto com o futebol da “economia moral”, a qual está internamente relacionada com a comunidade. Para os autores, os imperativos de valor são cruciais, mas não ditam totalmente a modalidade. Isso caracteriza o futebol como uma mercadoria instável. É nesse sentido que sua industrialização poderia ser entendida como incompleta.

ENCAMINHANDO O DEBATE

No capítulo terceiro, Kennedy e Kennedy (2016) apresentam uma discussão sobre uma tentativa do governo britânico, intitulada de “apoiadores diretos”. Para eles, na aparência, o projeto visava democratizar os clubes de futebol, a partir da contradição existente entre o interesse dos torcedores (bem comunitário) e dos grupos empresariais (bem privado). Para tanto, a estratégia governamental passava pela facilitação de formas de propriedade coletiva, sendo que as organizações esportivas passariam a ser controladas por meio de uma espécie de *trustes* de torcedores (várias empresas sob uma única administração centralizada).

Contudo, os autores destacam que tal iniciativa, na realidade, foi parte integrante de uma política estatal apoiada na preservação e a extensão das relações sociais mercantilizadas e não em seu rompimento. Ou seja, o mecanismo não reverteu a pressão existente para que o futebol ceda aos ditames dos agentes de mercado, promovendo a cooptação de parte dos grupos dos “torcedores gestores”.

Adiante, no capítulo 4, sob o título “A revolução dos estádios na Europa”. Os autores dizem que, assim como na estratégia dos “apoiadores diretos”, com a intenção de aprofundar o valor de troca do jogo, a reformulação completa dos estádios europeus se vincula à ambição semelhante por parte da UEFA para possibilitar uma maior rentabilidade aos clubes. Assim, a entidade máxima do futebol europeu desempenhou um papel central na revolução nos estádios em arenas, a qual também ocorreu a partir da identificação do fracasso na redistribuição da mais-valia em favor dos proprietários dos clubes de futebol.

Todavia, a construção de novos estádios também não conseguiu transformar a vasta maioria dos clubes em negócios lucrativos, ainda que tenha possibilitado um forte processo de “gentrificação”, isto é, a expulsão de torcedores de baixa renda e a substituição por aqueles com maior poder aquisitivo. Somam-se a isso, as estratégias para transformar a cultura dos torcedores tradicionais, remodelando suas práticas comportamentais em direção ao consumo e à passividade. Não obstante, segundo os autores, em ambos os casos isso também foi realizado parcialmente, provocando uma forte resistência à plena mercantilização do torcer.

É a partir do reconhecimento dessa questão que Kennedy e Kennedy (2016) desenvolvem o capítulo 5: “Movimento de torcedores “Ultras” no futebol europeu”. Os autores exploram alguns casos práticos, sinalizando a insatisfação por parte de alguns coletivos da ingerência do capital no futebol. Aditivamente, ampliam o debate ao colocar sua direta relação ao contexto da crise continental do reformismo social-democrata europeu, o que culminou com o avanço das políticas neoliberais. Para os autores, devido à economia política peculiar da indústria do futebol, em que os

torcedores também estão profundamente conscientes do enorme capital social e cultural associado ao jogo, a modalidade pode funcionar como um para-raios para aqueles que invocam outras respostas políticas.

Portanto, o futebol é uma forma cultural que traz consigo a possibilidade de promover as vozes dos desprivilegiados e dos marginalizados e, como resultado, existe sempre o potencial para nutrir a solidariedade contra um discurso dominante que sustenta a ordem social existente. Pode-se dizer que há pessoas dentro e fora dos movimentos que demonstram uma consciência aguçada das possibilidades e limitações do presente e de como as coisas poderiam ser de outra forma, tanto no futebol, mas sobretudo na própria sociedade.

O último capítulo: “Futebol comunitário, atividade autônoma e construção de novas relações sociais” foca nos clubes de futebol realmente sem fins lucrativos (que operam ao nível sub profissional) e os clubes comunitários. Na visão de Kennedy e Kennedy (2016), tais clubes fazem parte de uma rede comprometida em resistir/rejeitar a mercantilização do futebol. Um movimento amplo e conflitante que procura alternativas a um sistema capitalista neoliberal, o qual, como vimos, intenciona enquadrar os indivíduos apenas como consumidores passivos de mercadorias.

Para os autores, a resistência de tais instituições pode criar meios de um sistema não alienante para a satisfação das nossas necessidades. E isso seria operacionalizado por meio de uma rede mais alinhada com os valores de uso do jogo, assim como fora das leis do mercado. Por tal razão, segundo os autores, estas abordagens representam uma ameaça às relações de poder existentes que sustentam a sociedade capitalista ao negarem a dominação exercida pelos grupos de elite. Ao mesmo tempo, entendem seu potencial para criar uma alternativa substantiva à sociedade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois pontos nos chamaram muito atenção. O primeiro é a localização da chamada zona de acumulação mais ampla, materializada pelos recursos externos da modalidade. O segundo trata-se do desequilíbrio em favor da força de trabalho dos futebolistas de elite, a partir da sua absorção da mais-valia. O que, segundo Kennedy e Kennedy (2016), inviabiliza o lucro dos clubes. Começando pelo segundo, achamos problemática a ideia do futebol como um setor quase-capitalista com o argumento da ausência de lucro ao investidor inicial. Podemos pensar que a produção capitalista se caracteriza pela ausência de planejamento. Logo, em nenhum setor produtivo há garantia de absorção das mercadorias realizadas, e por consequência, o lucro das empresas envolvidas. Vale lembrar que as diversas crises do sistema se vinculam justamente a essa dificuldade do escoamento

das mercadorias, e isso não significa que setores operando em *déficit* deixaram de se configurar como capitalista. E mais, como explicaríamos os casos de *superávit* que também ocorrem na própria indústria do futebol?

Assim, nos parece que o reconhecimento do produto futebolístico, para além do dia do jogo, seja um ponto nevrálgico do processo, em especial a autonomização tomada pelas imagens das partidas em seu relacionamento direto com o setor audiovisual. Isso nos leva a outra questão, pois os autores justificam que a mais-valia no futebol é inexistente porque o espetáculo do dia do jogo tem menos valor do que a combinação entre a aquisição da força de trabalho dos atletas de elite, dos insumos e dos meios de produção. Ainda que consideremos apenas a chamada zona de acumulação interna, o espetáculo do dia do jogo não pode ser entendido desvinculado do trabalho diário que os atletas realizam no clube, imbricado com outros diversos trabalhos que possibilitam o refinamento da mercadoria mais elaborada (o jogo). Mais que pensar o dia de jogo como um produto individual, isso nos induz a análise a considerar apenas o relacionamento mais direto entre jogador e clube. Em verdade, precisamos considerar na avaliação um conjunto de ações que formatam o produto futebolístico, seja um treino, um jogo, ou a sua versão mais desenvolvida, o futebol de espetáculo.

Isso tudo ainda sem considerarmos os trabalhos externos às organizações esportivas. Dizendo de forma mais clara, para além do jogo, os atletas de elite não trabalham apenas quando estão em campo, assim como, não podemos negligenciar a existência de outros trabalhos realizados previamente por diversos trabalhadores. Em muitos desses trabalhos, inclusive, o valor da força de trabalho é pago muito abaixo de seu valor. Nesse sentido, o clube seria quase-capitalista com os jogadores de elite e capitalista com seus demais trabalhadores, os quais, a priori, produzem direta ou indiretamente a mesma mercadoria?

Na verdade, entendemos que os autores acertam que os jogadores de elite absorvem grande parte da riqueza gerada na modalidade, porém, não fazem a melhor mediação. E, contraditoriamente, esse limite está justamente em outro ponto alto do trabalho. Kennedy e Kennedy (2016) identificam uma zona de acumulação externa, mas olham a mercadoria “dia de jogo” para explicar toda a indústria do futebol, a qual não se resume aos clubes. A partir do relacionamento com o setor de audiovisual, podemos compreender que os clubes negociam a propriedade das imagens dos jogos. Em certa medida isso pode tencionar a própria existência da zona de acumulação externa, na composição identificada pelos autores; posto que na conjuntura atual da modalidade, o relacionamento com o setor audiovisual e os patrocinadores nos parece ser muito mais interno que externo na configuração tardia do futebol. Contudo, isso não invalida a ideia de uma zona ainda mais externa. Ou melhor dizendo, não podemos negligenciar a existência de vários setores articulados que podem esclarecer os relacionamentos da indústria em sua totalidade.

Outro ponto central é de que a imagem do jogo deixa de pertencer aos futebolistas. Isso pode parecer uma questão lateral, mas é justamente o que pensamos que possa caracterizar a atividade como tipicamente capitalista. O produto do trabalho ser expropriado do seu produtor imediato, ou seja, apropriação do trabalho alheio. A repercussão disso é que por ser os clubes o proprietário desse trabalho, são eles que podem comercializar tal mercadoria, sob a rubrica de direitos de transmissão. E mais, essa propriedade dos clubes nos leva ainda a pensar outras questões.

A identificação ou não da mais-valia no futebol precisaria reconhecer se existe de fato produção de riqueza social no setor ou se a modalidade é apenas uma plataforma de valorização de outras mercadorias. Ou ainda, se ela se apropria da riqueza produzida pelo conjunto de trabalhadores de outros setores; ou se é tudo isso. Levando isso em consideração, as respostas aos questionamentos necessitam de uma investigação empírica mais profunda, iniciada a partir da composição orgânica de capital, ou seja, da relação entre capital constante e variável, especialmente por meio das demonstrações financeiras dos clubes, mas não só deles; justamente pelo amplo relacionamento do futebol com outros setores.

Aditivamente, isso deveria abarcar um conjunto significativo de instituições futebolísticas, cotejando inclusive com o percurso histórico tomado pela modalidade. Kennedy e Kennedy (2016) ensaiaram fazer isso, porém suas análises se concentraram, prioritariamente, na liga inglesa. Uma liga que se caracteriza por ser a maior importadora da melhor força de trabalho do planeta, logo aquele que mais gasta com capital variável. Na realidade, ainda que na lógica do mais desenvolvido, explique o menos desenvolvido; acreditamos que, no caso da indústria do futebol, o recorte de uma liga (e dentro dela somente alguns clubes) seja insuficiente. Assim, podemos pensar ainda em mais uma questão: será que a força dos jogadores de elite (os quais são uma parcela muito pequena) não ocorre justamente pela exploração dos demais futebolistas e trabalhadores do setor? Por isso, é fundamental cotejar a realidade da liga inglesa e seus clubes com outros clubes e ligas.

Nessa configuração, a contrapartida cobrada pela modalidade para atuar como tal é a atração de parte dessa massa de mais-valia socialmente produzida. Logo, a questão fundamental é essa massa de mais-valia produzida em outros setores produtivos que se relaciona com o jogo direta ou indiretamente e de modo mais alargado do que perceberam Kennedy e Kennedy (2016). Esse amplo relacionamento ainda pode explicar os clubes operarem com déficits porque o setor sempre é procurado pelo ramo econômico mais saudável do momento, impulsionando a arrecadação crescente dos clubes. E isso avaliza os maiores gastos em sua correlação direta na busca pelos atletas altamente capacitados.

Por fim, podemos pensar que, na realidade, a própria raiz associativa tenciona para não ocorrer lucro na atividade-fim do futebol. Além disso, sinalizamos que seja daí a força dos

torcedores, menos dos processos de resistências contra a mercantilização e industrialização, identificados pelos autores. Nesse sentido, identificamos em Kennedy e Kennedy (2016) uma certa idealização dos clubes sem fins lucrativos e comunitários, superestimando sua força contra o capital. Ainda que existam e tensionem o debate, são poucos e, em nenhum caso, figuram nos extratos superiores da indústria em discussão.

Logo, sua potencialidade nos parece muito maior na organização da classe trabalhadora atrelada a outras pautas do que propriamente no seu potencial de reconfigurar o futebol por dentro. Em verdade, os autores não problematizam que, do ponto de vista da realidade atual da modalidade, seja ela mais ou menos mercantilizada, uma possível alteração estrutural, pautada nos coletivos de resistência, implicaria em “outro futebol”, isto é, nem aquele que conhecemos outrora, muito menos esse que presenciamos atualmente.

De qualquer modo, ainda que referenciada no contexto da liga inglesa, a obra nos apresenta questões essenciais para a reflexão acerca da produção capitalista do futebol, com manejo original do arcabouço categorial marxiano e sua teoria do valor. Trata-se de uma preciosidade, quando consideramos a escassez de produções marxistas sobre o esporte, uma leitura essencial ao desenvolvimento da crítica à economia política do futebol.

REFERÊNCIA

KENNEDY, David; KENNEDY, Peter. **Football in neoliberal times**: a marxist perspective on the european football industry. Londres: Routledge, 2016.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria compreende não haver conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência** - ISSN 2175-8042 os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Silvan Menezes dos Santos

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 06.08.2024

Aprovado em: 31.10.2024